

COMENTÁRIO

Rafael da Costa Campos¹

O interesse de se estabelecer um marco histórico ou encadear sequências de acontecimentos que separem “República” e “Império” é uma entre as várias quimeras que desafiam historiadores de diversas áreas a transformar o passado em constructos narrativos um pouco mais inteligíveis do que a mera dispersão dos fragmentos desse mesmo passado. Não seria necessariamente um problema afirmar que os posicionamentos cambiantes sobre as distâncias ou aproximações entre ambos os conceitos emergiram e continuam a emergir como uma consequência do que Keith Jenkins (2009, p. 47-8) sintetiza como a relação entre a necessidade de desconstrução e reconstrução do discurso historiográfico como ferramenta de consenso epistemológico, metodológico e ideológico/profissional: interpretações constantemente reordenadas por aqueles que, em maior ou menor medida, são afetados e questionam ou confirmam relações de poder em seus diversos âmbitos sociais. Nesse sentido, pensar “República” ou “Império” seria antes de qualquer coisa pensar o que estes termos significaram para historiadores como Theodor Mommsen ou Ronald Syme; é inevitável que pensemos sobre aqueles que pensam e concebem a narrativa historiográfica e, portanto, reordenam os vestígios sobre o passado.

A proposição acima, com efeito, é bastante interessante, não obstante não nos caiba nas poucas páginas que constituem nosso comentário; um estudo mais aprofundado certamente seria de grande valia. No que nos diz respeito, poderíamos ampliar um pouco mais a dimensão deste problema, ou seja, nos questionarmos sobre outros elementos que tornariam ainda mais complexa a tentativa de sequenciar ou determinar um marco preciso que separasse “República” e “Império”. Igualmente, façamos ressalvas quanto aos limites de nosso intento: trata-se apenas de um reforço à proposição de Faversani, e nesse sentido poderíamos afirmar que, se existe um problema em determinar um limite ou enxergar uma fronteira entre “República” e “Império”, existe também um problema em determinar quando e se foi possível pensar em um

¹ UNIPAMPA

“Principado” no período consecutivo à ascensão de Augusto e, pelo menos, o governo de seu primeiro sucessor, Tibério César.

Em primeiro lugar, façamos referência a alguns trechos da *Res Gestae Divi Augusti*, o testamento político concebido e legado pelo próprio *Princeps* como referência de sua soberania para a posteridade do povo romano. Nesta fonte se atribui que, após o fim da guerra civil e no momento que, mediante o consenso universal, Augusto estivera no pleno controle dos assuntos públicos, a República fora transferida de seu poder para as mãos do Senado e o povo de Roma (34.1). Mais adiante, atesta-se que em razão dos seus préstimos o Senado denominou-o Augusto (34.2), e a partir de então ele excedera os demais em influência, embora não possuísse mais poderes oficiais do que aqueles que eram seus colegas nas diversas magistraturas (34.3).

Em nenhum trecho deste documento podemos observar uma referência que explicita, direta ou indiretamente, que os 45 de anos de seu governo não foram a continuidade da República. Esta constatação não é nada bombástica, mas nos permite inferir sobre algumas mudanças nos posicionamentos historiográficos sobre as relações possíveis entre “República” e “Império”. Em 1996, Karl Galinsky (p. 54-66) afirmou que a preocupação de Augusto com a preservação da República foi a tônica de todas as suas ações políticas. Houve ênfase em uma substancial renovação de seus ideais e valores que, embora tenham sido fruto de proposições de vários indivíduos, tiveram como aspecto comum o restabelecimento de antigos costumes romanos, mesmo que na prática isso tenha resultado na concentração e manutenção de seu próprio poder. Mais ainda, isto teria sido em parte consequência da própria flexibilidade destes ideais, e sua utilização para fins individuais não foi estranha a todo o período precedente, especialmente a palavra liberdade (*libertas*), cujo restabelecimento pelo compromisso com a *res publica* foi um lema que esteve presente nas falas de seus generais.

Nesse sentido, um dos grandes méritos de Ronald Syme, cuja influência reverbera em inúmeros outros historiadores – entre os quais creio também ser o caso de Galinsky – é o de ter desconstruído uma representação de Augusto

enquanto líder que erigiu um novo sistema político somente a partir de sua genialidade ou astúcia, mas que contou com aliados em uma relação de reciprocidade; influências de um espírito de época, natural a qualquer historiador, e que foi suficientemente bem captado por Fav ersani, o que nos exime de repetições fatigantes.

Outro exemplo contemporâneo ao governo de Augusto e, mais especificamente, oriundo do contexto do Principado de Tibério César, pode ser útil. Veleio Patérculo nos oferece um breve – mas não menos interessante – relato sobre a ascensão deste *Princeps* e os primeiros encontros com o Senado; o quanto ela é ou não “oficial” é uma querela que não nos interessa aqui. Assim, Veleio Patérculo afirma (2.124.1) que em meio à trepidação do Senado e os temores na Cidade de Roma, a segurança e ruína estiveram separados por um limite estreito, mas não que sofrera nenhum distúrbio devido à majestade de Tibério. Mais ainda, teria havido um embate entre este e o Senado para que ele sucedesse ao posto de seu pai (*statione paternae succederet*), ao passo que o último buscara dos senadores a permissão para agir mais como um cidadão em paridade aos demais do que como um *princeps*. Ao final deste embate, Tibério teria sido persuadido e percebido que, sob sua pessoa, tudo o que não protegesse poderia perecer caso continuasse a recusar o principado (*recusare principatum*) por quase tanto tempo quanto outros lutaram para assegurá-lo (Veleio Patérculo, 2.124.2).

Nesse sentido, o que Tibério sucedeu e o que ele passou a proteger não era mais pura e simplesmente a “República”. A posição soberana que herdara de Augusto fora algo significativo e que certamente continha em si elementos das tradições e instituições republicanas, como o próprio Senado, ao qual o novo *Princeps* mantivera análogas demonstrações de deferência, pelo menos durante o período em que governara de Roma. Por outro lado, quarenta e cinco anos após o governo de Augusto, é provável que Veleio Patérculo, contemporâneo e associado do *Princeps*, bem como outros apoiadores de Tibério e do regime iniciado com Augusto soubessem que este novo governo era um sistema político diferente; uma ruptura dos antigos moldes republicanos, conquanto o

Principado ainda não possuísse uma caracterização e designação mais bem-definida como naturalmente o seria durante o período de Tácito, Suetônio e Dion Cássio.

Em contrapartida, mesmo em Tácito, cuja narrativa configura-se (com seus méritos e dificuldades) como o mais detalhado relato sobre o governo de Tibério, este autor estabelece uma tensa relação entre a percepção de que a fachada de sustentação de um restabelecimento da República é derrubada após o fim do Principado de Augusto, e uma memória da *res publica* enquanto nostalgia de um período que está claramente relegado ao passado. Existe em Tácito (e na tradição da qual ele se valeu) a consciência de que a *res publica restituta* não significou uma verdadeira tentativa por parte do Imperador de restabelecer a autoridade do Senado nos moldes existentes antes da segunda metade do século I a.C., percebendo que a utilização do termo pelos sucessores Júlio-Claudianos respondeu a novas necessidades políticas, e um esvaziamento do sentido anterior da palavra.

Todavia, podemos perceber a memória da República repaginada e remodelada para atender a um novo propósito: a República caracterizada pela autoridade soberana do Senado foi relegada ao passado, e a presença do Imperador com sua palavra final o marco desta mudança. Contudo, a memória política do Principado permaneceu entremeada a estas práticas republicanas, haja vista que a permanência do termo e sua rememoração serviram como maneira de reiterar o prestígio social e político da aristocracia senatorial romana, da qual dependia o *Princeps* e com a qual este último deveria sempre relembrar e reiterar seu vínculo de cooperação (CIZEK, 2003, p.28-9; GOWING, 2005, p.26-32). Se nos restringirmos somente aos aspectos sociopolíticos deste período, esta percepção pode receber diferentes matizes: diversos outros termos orbitam em torno de “República”, e naturalmente também o fazem em torno de “Império” ou “Principado”, o que nos leva a assumir que os conceitos que aparecem – se ficarmos apenas no âmbito da literatura, por exemplo – devem ser analisados com cautela.

A nomenclatura dos termos que se destacam com a ascensão de Augusto e daí em diante não foram inéditas: não há uma distinção aparente entre palavras como *libertas*, *dignitas*, *princeps*, e *auctoritas* tal qual estas eram compreendidas durante o período Republicano e o início do Principado. Toda esta terminologia se adaptará lentamente, em sincronia com o processo de experimentação política que se iniciará então, e em conformidade à intenção de restabelecer as instituições republicanas colapsadas pela guerra civil. Não obstante, os termos encontraram ressonâncias diferentes em diferentes circunstâncias e essa é uma característica presente no período dos Césares Júlio-Claudianos (BÉRANGER, 1953, p. 132-3.), como provavelmente deve ter sido também nos decênios anteriores a Augusto, e quiçá em outros momentos emblemáticos, como o início da própria “República”.

Isto nos leva a considerar então o “Principado” como um período de experimentação política, especialmente durante o governo dos Imperadores Júlio-Claudianos: a ausência de regras constitucionais definidas para o poder do *Princeps* fizera com que o período dinástico Júlio-Claudio se apresentasse como uma lenta e gradual implementação de um novo sistema político. O início desse processo colidira com a própria defesa de restabelecimento e perpetuação da República sustentada por Augusto e seus associados. Sem precedentes outros que não os mesmos valores e tradições de outrora, a principal característica do período que abarcou os governos de Augusto a Nero consistiu da variedade de elementos que asseguraram a continuidade deste regime político; embora a posição do Imperador não tenha sido abertamente sistematizada pelo seu soberano nem pelos seus contemporâneos, seu poder irrestrito foi na prática reconhecido pelos cidadãos do Império (GALINSKY, 1996, p. 71; PEACHIN, 2006, p. 127; p. 147).

Finalmente, podemos retomar o princípio de nossa discussão. Os argumentos apresentados acima, além de contribuir para fomentar o debate sobre o que propusera Faversoni, podem ser sintetizados com uma constatação: a nosso ver, o Império não é simplesmente uma continuidade da República. Por outro lado, Roma não amanheceu Império. Pensar em um conceito como

“Fronteira” pode ser atraente: em realidades de fronteira, aspectos circunstanciais como conflito, coexistência, permanência e transformação se fazem presentes e envolvem inúmeros agentes a todo o tempo; por vezes envolvem experiências limítrofes, mas não necessariamente excludentes. Contudo, como todo conceito, deve ser utilizado com cuidado, mas se observarmos o “Principado” sob esse enfoque, talvez possamos evitar o tracejar de linhas divisórias que não satisfarão mais do que a vontade (natural) de muitos historiadores de categorizar e compartimentar de forma definitiva (e sempre questionável) o passado.

Bibliografia

Fontes Textuais:

RES GESTAE DIVI AUGUSTI. Tradução, introdução e comentários de P.A. Brunt e J.M. Moore. Oxford: Oxford University Press, 1983.

VELÉIO PATÉRCULO. *Compendium of Roman History*. LOEB Classical Library. Traduzido por Frederick W. Shipley. London: Cambridge University Press, 1924.

Obras gerais

BÉRANGER, Jean. *Recherches sur l'aspect idéologique du Principat*. Basel: Verlag Friedrich Reinhardt, 1953.

CIZEK, Eugene. “Les problèmes du Principat et l'élection des magistrats chez Velleius Paterculus”. *Revue de philologie, littérature et d'histoire anciennes*, Vol. 77. Paris: 2003, pp. 23-36.

GALINSKY, KARL. *Augustan Culture: an interpretative introduction*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

GOWING, Alain. *Empire And Memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JENKINS, Keith. JENKINS, Keith. “O que é a História?”. In: *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 23-52.

PEACHIN, Michael. “Rome the Superpower: 96-235 CE”. In: POTTER, David (org). *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. Pp. 126-152.

